



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
São Paulo

**Registro: 2014.0000560756**

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Apelação nº 0007084-10.2010.8.26.0032, da Comarca de Araçatuba, em que são apelantes/apelados MAPFRE NOSSA CAIXA VIDA E PREVIDÊNCIA S/A, BRUNA LETÍCIA DE ALMEIDA (JUSTIÇA GRATUITA), GIULIA VERONEZ DE ALMEIDA (MENOR(ES) REPRESENTADO(S)) e LÍVIA MIRANDA DE ALMEIDA (MENOR(ES) REPRESENTADO(S)).

**ACORDAM**, em 29ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Não conheceram do recurso principal interposto pela ré e julgaram prejudicado o adesivo interposto pelas autoras, por V.U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores SILVIA ROCHA (Presidente) e FRANCISCO THOMAZ.

São Paulo, 10 de setembro de 2014

**HAMID BDINE**

**RELATOR**

**Assinatura Eletrônica**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
São Paulo

Voto n. 8.870 – 29ª Câmara de Direito Privado.

Ap. sem revisão n. 0007084-10.2010.8.26.0032.

Comarca: Araçatuba.

Apelante: VIDA SEGURADORA S.A. (Mapfre Nossa Caixa Vida e Previdência S.A.)

Apeladas: BRUNA LETÍCIA DE ALMEIDA E OUTROS.

Juiz: Vicente Benedito Battagello.

APELAÇÃO. SEGURO DE VIDA. MORTE DE SEGURADO EM ACIDENTE DE TRÂNSITO. PRELIMINAR DE DESERÇÃO. Ré intimada sucessivamente a complementar o preparo. Recolhimento insuficiente, corrigido apenas na segunda oportunidade. Violação da regra do art. 511, §2º, do CPC. Precedentes. Deserção configurada. RECURSO ADESIVO PREJUDICADO. Juízo de admissibilidade condicionado (CPC, art. 500, III). Recursos não conhecidos.

A r. sentença de fs. 92/94, cujo relatório se adota, julgou procedente pedido de indenização securitária para condenar a ré ao pagamento da quantia de R\$21.902,18, relativa à cobertura contratada para a hipótese de ocorrência do sinistro morte, com correção monetária e juros moratórios a contar do sinistro, bem como ao pagamento das custas, despesas processuais e dos honorários advocatícios sucumbenciais arbitrados em dez por cento do valor da condenação.

Inconformadas, as partes apelaram.

A ré sustentou que não é devida a cobertura securitária no caso de o segurado envolver-se em acidente de trânsito sob efeito de álcool, o que configura agravamento do risco segurado pela embriaguez ao volante.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
São Paulo

Em recurso adesivo, as autoras pretendem a majoração da condenação dos honorários sucumbenciais.

Recursos regularmente processados, com preparo (fs. 49, 118/119, 127 e 131) e contrarrazões das partes (fs. 134/140 e 147/152).

A douta Procuradoria Geral de Justiça opinou pelo improvimento do recurso da ré (fs. 157/159).

É o relatório.

A alegação de deserção suscitada pelas autoras em contrarrazões deve ser acolhida (fs. 134/135).

O art. 511, §2º, do CPC, dispõe que “a insuficiência no valor do preparo implicará deserção, se o recorrente, intimado, não vier a supri-lo no prazo de 5 (cinco) dias”.

Assim, em casos em que o recorrente recolhe custas de preparo em valor inferior ao devido, a lei processual prevê a necessidade de intimação da parte para a complementação do preparo, e, somente na ausência dessa complementação, é que se aplicará a pena de deserção.

Proferida a sentença, foram apurados os valores de R\$661,86 para o preparo e R\$25,00 para o porte de remessa e retorno dos autos (fs. 96).



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
São Paulo

Ao apelar, a ré recolheu R\$438,04 de preparo e o dobro da quantia de porte de remessa e retorno (fs. 118/119).

Constatada a insuficiência do preparo, a ré foi intimada a recolher a diferença de R\$223,82 (fs. 120/121), mas se limitou a efetuar novo pagamento parcial no montante de R\$184,96 (fs. 127).

Novamente intimada a corrigir o recolhimento do preparo (fs. 129), finalmente, a ré complementou a quantia (fs. 131).

A insuficiência de preparo, em hipóteses análogas a dos autos, já foi reconhecida pelo Superior Tribunal de Justiça como sendo caso de deserção:

"EXECUÇÃO FISCAL. PREPARO DO RECURSO DE APELAÇÃO INSUFICIENTE. ART. 511, § 2º, DO CPC. INTIMAÇÃO DO APELANTE PARA COMPLEMENTAÇÃO. VALOR RECOLHIDO A MENOR. DESERÇÃO. 1. O entendimento desta Corte Superior é no sentido de que a pena de deserção no preparo de apelação não poderá ser decretada antes da intimação do recorrente para o pagamento. 2. Não há que se falar em violação ao art. 511, §2º, do CPC. É que o acórdão recorrido asseverou que o recorrente, após o pagamento do preparo em valor insuficiente, foi intimado novamente com a indicação da quantia certa a complementar e, mesmo assim, recolheu valor a menor. 3. Recurso especial não provido" (REsp n. 1227847/SP, rel. Min. Mauro Campbell Marques, j. 22.2.2011).

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
São Paulo

“PROCESSUAL CIVIL. PREPARO. INTIMAÇÃO PARA COMPLEMENTAÇÃO. INSUFICIÊNCIA. DESERÇÃO. - Intimada a parte para complementar as custas, já que insuficiente, e, novamente, não recolhido o valor devido, imperioso é reconhecer a deserção.” (AgRg no Ag n. 738.117/SP, rel. Min. Humberto Gomes de Barros, j. 25.9.2007).

No mesmo sentido: AREsp. n. 070838, rel. Min. Luis Felipe Salomão, j. 8.6.2012, e REsp. n. 1072870, rel. Min. Og Fernandes, j. 29.11.2011.

Esta Câmara não destoa dessa interpretação:

“Agravado de Instrumento - Ação de cobrança - Preparo recursal da apelação recolhido insuficientemente - Determinação do juízo a quo para complementação do preparo de apelação, nos termos do art. 511, § 2º do CPC - Complementação insuficiente - Desnecessidade de nova intimação - Deserção decretada - Recurso desprovido, com determinação. 1. Da intimação constou o valor do preparo do recurso: R\$ 568,63 (preparo) e R\$ 20,96 (porte de remessa e retorno) (fl. 164). Contudo, o agravante, ao interpor a apelação, recolheu corretamente o porte de remessa e retorno, mas a menos o preparo (R\$ 541,79). 2. Facultada a complementação e intimado o recorrente, o agravante, porém, insistiu em ignorar a um tempo a decisão judicial e elementar cálculo aritmético e recolheu apenas R\$ 20,00, deixando de recolher R\$ 6,84 (fl. 199). Não tem o magistrado que, uma vez mais, facultar a complementação. O caso é de deserção, como bem decretado em primeiro grau.” (AI n. 0570433-26.2010.8.26.0000, rel. Des. Reinaldo Caldas, j. 13.4.2011).

Na hipótese em exame, a ré somente

complementou as custas de preparo na segunda oportunidade, configurando manifesta violação ao art. 511, §2º, do CPC, e caracterizando a deserção de sua apelação.

Consequentemente, porque subordinado ao recurso principal, o adesivo de fs. 142/144 também não deve ser conhecido (CPC, art. 500):

“O recurso adesivo fica subordinado à sorte da admissibilidade do recurso principal. Para que o adesivo possa ser julgado pelo mérito, é preciso que: a) o recurso principal seja *conhecido*, b) o adesivo preencha os requisitos de admissibilidade. Não sendo conhecido o principal, seja qual for a causa da inadmissibilidade, fica prejudicado o adesivo” (Nelson Nery Junior e Rosa Maria de Andrade Nery, Código de Processo Civil Comentado e Legislação Extravagante, 11ª ed., RT, 2010, p. 864/865).

“RECURSO ADESIVO DO AUTOR NÃO CONHECIMENTO - RECURSO PRINCIPAL DESERTO. Em consonância com o artigo 500, inciso III, do CPC, não se conhece do recurso adesivo quando o recurso principal é declarado deserto.” (Ap. n. 0035496-04.2010.8.26.0564, rel. Des.Meyer Marino, j. 09.10.2012).

Diante do exposto, NÃO SE CONHECE do recurso principal interposto pela ré e julga-se PREJUDICADO o adesivo interposto pelas autoras.

Hamid Bdine  
Relator